

Processo Administrativo: 481215/20

Auto de Infração 105468/2017

Autuado: José Domingos Roza

Município Jequitinhonha

Dos Fatos:

Constatado em 12 de Junho de 2006, supressão de 327,7764 ha sem autorização ambiental.

DAIA emitida posterior a supressão em 08/05/2009.

Crime Ambiental

Conclusão:

1 - Como a infração ocorreu em 2006, aplica-se a legislação vigente naquele momento, conforme o princípio do tempus regit actum (a lei do tempo do ato rege os efeitos).

Legislação Federal Aplicável:

- Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) – continua vigente.

2 - Recuperar a área degradada pois é uma obrigação ambiental de natureza permanente (propter rem), ou seja, deve apresentar PRAD (Plano de Recuperação de área degradada).

Ana Paula Randazzo Baroni Valadares – Promutuca